**SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de (org.). *Capítulos de história dos comunistas no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2016.**

Marcio Lauria Monteiro[[1]](#footnote-2)

*Capítulos de história dos comunistas no Brasil* foi organizado por Carlos Zacarias de Sena Júnior, professor na UFBA e coordenador do Grupo de Pesquisa História dos Partidos e Movimentos de Esquerda na Bahia. É fruto de seminário ocorrido em 2012, a partir de uma articulação entre as universidades públicas da Bahia, em torno dos 90 anos de fundação do PCB.

Dividido em 3 partes de orientação cronológica, seu recorte temporal vai das origens do PCB à década de 50, com um artigo indo além. As partes são “Das origens à Aliança Nacional Libertadora”, “Resistência e legalidade” e “Do Manifesto de Janeiro de 1948 à Declaração de Março de 1958 e além”. Destaca-se uma pluralidade de temas e abordagens relativos à história do PCB, pois não se limita à interpretação mais tradicional, focada nos posicionamentos da direção nacional e em biografias de personagens destacados, incluindo reflexões sobre os centros internacionais do movimento comunista referenciado em Moscou, os percursos nem sempre fáceis de recepção e aplicação desses posicionamentos pelas bases, e sua atuação na Bahia, região pouco estudada.

É também perceptível uma variedade de avaliações sobre as estratégias e táticas utilizadas pelo PCB, indo de críticas duras e diretas a um certo tom legitimador (minoritário). Cabe destacar que há pluralidade também na seleção de autores/as, que inclui nomes já consolidados no estudo do PCB e pesquisas recentes ou em curso.

 O Prefácio, de Marcos delRoio, apresenta uma breve periodização da historiografia sobre o PCB e destaca a importância de uma história que não omita erros e falhas, concluindo, com uma avaliação crítica, que o partido desde cedo adotou uma estratégia de revolução democrático-burguesa para o Brasil, a qual o reduziu a uma ala democrática da longa “revolução passiva” que teria estruturado o desenvolvimento capitalista no país.

A Introdução, de Sena Júnior, também se atém a tal historiografia, mas desenvolve um debate mais detalhado, inclusive sobre escrita da História, de modo a refletir sobre o que caracterizaria uma “boa história” do movimento operário, uma que permite ao movimento acessar criticamente seu passado sem omitir de seus aspectos negativos. Também debate a atual investida anticomunista na historiografia sobre o PCB, tecendo críticas ao revisionismo de viés culturalista.

O primeiro artigo, iniciando a Parte I, é *Observações sobre ideias socialistas, anarquistas e comunistas na imprensa (1902-1924)*, de Marly Vianna. Trata-se de um estudo de como as ideias dessas correntes políticas se expressaram na imprensa operária da época, trabalhando a hipótese de que o sindicalismo revolucionário e o positivismo exerceram forte influência sobre as ideias socialistas no país, deixando marcas elitistas e autoritárias.

Em seguida, *Notas sobre as primeiras movimentações comunistas na Bahia e na Região Cacaueira*, de Marcelo Lins, se atém às origens do PCB na parte agrária do Nordeste, destacando a dificuldade de precisar nesse local o momento de fundação do partido e sua atividade organizadora de lutas, trazendo à tona os desafios enfrentados no processo.

*Antônio Maciel Bonfim ou “o celebre Miranda”: entre a história e a memória*, de Raimundo Moreira, traz um enfoque biográfico, através de jornais e memórias, sobre Antônio Maciel Bonfim, importante quadro do PCB na Bahia nos anos 30, vitimado pela repressão estatal e, tido como infiltrado policial, apagado da “história oficial” do partido.

*1935: A Manhã e a “Campanha dos 50”*, de DainisKarepovs, analisa a luta estudantil pelo acesso subsidiado ao transporte e à cultura através de tal periódico carioca, então sob a forte influência de pecebistas, junto ao contexto de surgimento e ofensiva fracassada da ANL contra o regime Vargas, o que desencadeou forte repressão.

*O território do tornar-se: pelas ruas e esquinas o intelectual baiano se fez comunista,* de Rafael Fontes, inicia a Parte II e analisa os locais de socialização e o “campo intelectual” da Salvador do começo do século XX, em especial a Academia dos Rebeldes, fundada em fins dos anos 20, por intelectuais como Jorge Amado. Além de tecer reflexões sobre o que é o intelectual e o que o leva ao comunismo, trabalha a hipótese da Academia como órgão “contra-hegemônico”, aglutinando jovens contrários ao integralismo e por vezes simpáticos ao comunismo, originando a Revista Seiva (1938).

*O esteio da ordem: comunistas, greves e sindicatos no Brasil (1945-1948)*, de Sena Júnior, foca na tática de “união nacional” e na lógica da “hierarquia de contradições”, utilizadas pelo PCB nesse período de legalidade, que priorizavam a luta democracia *x* fascismo acima da trabalho*x* capital. Daí derivava uma orientação de colaboração de classes e oposição às lutas que enfrentassem os patrões (cada vez mais frequentes), além de uma redefinição de “partido do proletariado” para “partido do povo”, defensor de posturas “ordeiras” e legais. Tudo enraizado na concepção herdada da Internacional Comunista stalinizada, da tarefa dos PCs na periferia global sendo a de revolução democrático-burguesa, contra os “resquícios feudais”, ficando a socialista para um futuro distante.

*O PCB e os Comitês Populares Democráticos em Salvador (1945-1947)*, de Raquel Silva, explora a construção de tais organismos, organizados por bairros, que ali obteve sucesso, com grandes números. Analisando diferentes periódicos, demonstra que o objetivo era ampliar as bases do partido para além dos sindicatos e massificá-lo e “popularizá-lo”, através da resolução de demandas imediatas da população pobre e do combate ao integralismo, de forma subordinada à perspectiva de “revolução democrática” pacífica.

*Insubordinação das bases do PCB frente às orientações dos Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950*, de Ede Soares, inicia a Parte III investigando contradições entre a nova linha desses documentos, que rompiam com a “união nacional”, propondo uma ofensiva revolucionária (nos marcos de uma revolução democrático-burguesa), e sua aplicação pelas bases. Trata-se de um estudo de caso sobre o PCB em Alagoinhas, interior baiano, onde a nova linha não foi aplicada, com o comitê local mantendo participação em organismos legais de frente e também interesses eleitorais como forma de conservar a influência conquistada no período anterior.

Frederico Falcão, em *A Declaração de Março de 1958 na história do PCB*, analisa o desenvolvimento das novas políticas que culminaram em tal documento e as disputas em torno delas. Argumenta que se tratou de uma “completa reformulação” da linha anterior sob a pressão dos debates gerados pelo Relatório Kruschev. Todavia, apesar de reconhecerem um desenvolvimento capitalista no país, reafirmavam uma estratégia de revolução “nacional-democrática”, baseada na priorização da luta entre nação *x* imperialismo e capitalismo em desenvolvimento *x* relações semifeudais, aprofundando a colaboração de classes.

Em *A contradição principal: PCB e outros comunistas entre a “classe” e a “nação” (1956-1959)*, EurelinoCoelho examina a “questão nacional” nas elaborações de três grupos. Analisa as teses do PCB de “bloqueio” ao desenvolvimento brasileiro e “colonização” pelo imperialismo dos EUA (1948-50) e de “contradição principal” do Brasil sendo nação em desenvolvimento *x* imperialismo dos EUA (1950), levando à estratégia de revolução “nacional-democrática”. Também aquelas da Liga Socialista Independente sobre o crescente papel do imperialismo de assegurar o poder das burguesias periféricas, de onde derivavam uma estratégia socialista, inspirada na Teoria da Revolução Permanente trotskista. Isso teria sido absorvido pela POLOP, apesar da sua inspiração no KPO alemão via Erich Sachs, quem também via a revolução socialista como única forma de assegurar a vitória da luta anti-imperialista.

*Um capítulo não escrito da história do comunismo brasileiro: a trajetória e as funções da Revista Internacional* (*Problemas da Paz e do Socialismo*) *no período: 1958-1990*, de Muniz Ferreira, estuda o papel organizador e formador desse periódico, publicado sob os auspícios do PCUS após a dissolução do *Kominform*como forma de manter coesos sob suas orientações os demais PCs que dela participavam – supostamente preservando e reproduzindo os “princípios teóricos da tradição comunista”. O PCB o circulou em dois momentos, 1959-64 e 1980-90, alinhando-se às principais teses vindas de Moscou.

Diante da pluralidade de temas e abordagens, fica claro que se trata de uma obra fundamental para quem deseja acessar a história do PCB. Especialmente por conta da orientação materialista que perpassa os artigos, que não cedem terreno ao culturalismo predominante na historiografia atual e nem ao revisionismo anticomunista, verdadeiro braço historiográfico do neoliberalismo. Vale, entratanto, destacar que a obra não foge de todo a uma tendência negativa da historiografia do PCB de excluir a sua principal dissidência do período aferido, o trotskismo, ainda que seja mencionado. De qualquer modo, trata-se de uma contribuição de peso para a história do comunismo no Brasil.

1. Doutorando no PPGH UFF, marciolmonteiro@gmail.com. [↑](#footnote-ref-2)